



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

<b>I - ÁREA REQUISITANTE</b>
Departamento Requisitante: Gabinete da Presidência.
Responsável(is) pela demanda: Cláudia Renata Delza Campos de Oliveira.
<b>II - IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b> <b>(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso I)</b>
<p>Nome do Projeto: Plano/Seguro odontológico para profissionais e empregados do Crea-SC.</p> <p>2.1. Objeto: Constitui objeto deste instrumento a análise da necessidade e a definição da solução adequada, oportuna e conveniente à oferta de plano ou seguro por adesão de assistência odontológica aos profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências, regularmente inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – Crea-SC, bem como aos empregados do Conselho, visando exclusivamente o interesse público na concessão de benefícios e sem estabelecimento de qualquer ônus financeiro a esta Autarquia.</p> <p>2.2. Aplicar-se-á no presente Estudo o disposto na Portaria Crea-SC 233/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Crea-SC – RILC do Crea-SC, bem como o disposto na Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021 e no Decreto regulamentador do credenciamento em nível federal – Decreto nº 11.878/2024.</p> <p>2.3. Desde já é necessário enfatizar que a implantação de assistência médico hospitalar (dentre outras modalidades), credenciados/contratados através de contratos de parceria ou convênios aos profissionais registrados em Conselhos de Fiscalização Profissional, já foi objeto de exame pelo Tribunal de Contas da União - TCU, o qual, conforme acentua o Acórdão nº 2609/2019 – TCU – Plenário, concluiu pela sua regularidade enquanto ato de gestão discricionário que não interfere na finalidade do ente ou constitui ilegalidade. Nesse sentido, vale transcrever parte do referido julgado:</p> <p><b><u>ACÓRDÃO Nº 2609/2019 - TCU – Plenário</u></b></p> <p><i>VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possível ilegalidade ocorrida no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV/MG), relacionada ao Clube de Benefícios ofertados aos profissionais regularmente inscritos; Considerando o relato de que o CRMV/MG, sob a denominação de Clube de Benefícios, oferta serviços de assistência médico-hospitalar (planos de saúde), seguros de responsabilidade civil, entre outros, mediante contratos de parceria ou convênio, fora das atribuições legais dos Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas, que violam o princípio da legalidade e interferem na organização sindical; Considerando que o denunciante requer que o Tribunal determine que o CRMV/MG se abstenha de firmar convênios e parcerias fora dos parâmetros e das finalidades dispostas em lei; bem como que descredencie e revogue todos os atos relacionados ao Clube de Benefícios, informando às empresas fornecedoras que a entidade competente para firmar tais convênios/parceria é o sindicato; Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis; Considerando que o exame sumário dos benefícios oferecidos (Plano de Saúde Unimed-BH com a operadora Aliança, Seguro de Responsabilidade Civil com a Unimed RCP Individual e Plano de Previdência Privada com o BrasilPrev do Banco do Brasil) não revelou, em princípio, ilegalidade; Considerando que, conforme exposto pela SecexTrabalho, <b><u>pesquisas na jurisprudência do TCU não demonstraram ser prática ilegal a oferta desses tipos de benefícios a</u></b></i></p>

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

**profissionais inscritos em conselho; Considerando que diversos conselhos de regulamentação profissional oferecem semelhante clube de benefícios/serviços/vantagens a seus profissionais registrados, como maneira de valorizar os inscritos; Considerando que os mesmos serviços também podem ser oferecidos pelos sindicatos e associações de profissionais, cabendo a essas entidades a negociação sobre as vantagens a serem ofertadas aos profissionais; Considerando a conclusão da unidade técnica de que não há normativo que proíba ou autorize o CRMV/MG a oferecer o Clube de Benefícios a seus profissionais devidamente inscritos, caracterizando, portanto, ato de gestão discricionário que não interfere na finalidade do Conselho; Considerando que a denúncia não relata qualquer irregularidade na concessão dos benefícios pelo CRMV/MG, mas se insurge contra a mera disponibilização dos serviços; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea a, do Regimento Interno do TCU, por unanimidade, em: a) conhecer da presente denúncia, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente; b) dar ciência deste acórdão, bem como da instrução da unidade técnica que o fundamenta (peça 6), ao denunciante e ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV/MG); c) levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos, inclusive no que se refere à presente deliberação; e d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes elementos que justifiquem a medida. (grifo nosso)**

2.4. Conforme apresentado acima, a Corte de Contas da União não verifica qualquer indício de irregularidade na disponibilização destes serviços aos profissionais inscritos, ao revés, apresenta-se como ato de gestão discricionário e medida de valorização de sua categoria.

2.5. Não bastasse a justificativa acima, é necessário enfatizar que o presente credenciamento de planos odontológicos, bem como de clube de benefícios (projeto já implantado pelo Conselho), pretendem igualmente funcionar como política pública de combate ao inadimplimento e a “fuga” de receitas deste Conselho.

2.6. Ainda que apresente baixos índices de inadimplência, é de suma importância a inovação em políticas de controle da qualidade do recebível do Crea-SC, visto que cada vez mais os serviços prestados pelo Conselho se tornam mais relevantes à sociedade em geral e, da mesma forma, a manutenção de uma fiscalização de qualidade depende da boa saúde financeira da entidade.

2.7. Posto isto, a disponibilização de plano odontológico aos profissionais e empregados do Crea-SC através de credenciamento almeja conscientizar e disseminar junto ao público alvo do Crea-SC uma espécie de “contraprestação” institucional da Administração àqueles que estiverem quites com suas obrigações legais.

2.8. Almeja-se, portanto, que seja formado e disponibilizado um conglomerado de bens e serviços comuns de mercado, com capilaridade em diversos seguimentos (vestuário; alimentação; viagens; cultura; educação; bens de consumo; planos de saúde, planos odontológicos, etc.) como medida de fomento à regularização fiscal, agregando valor ao vínculo dos profissionais com o Conselho e incentivando a adimplência, contribuindo para o bem-estar e a satisfação da classe profissional e dos colaboradores do Crea-SC.

2.9. Ante o exposto, trata-se de política pública que pretende, ao mesmo tempo, valorizar as categorias profissionais sob a égide do Sistema Confea/Crea e incentivar a regularização fiscal dos inadimplentes.

**III - CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso II)**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

3.1. Conforme item 3 do artigo 4º do RILC do CREA-SC:

*A Presidência do CREA-SC deve autorizar previamente, por meio da análise de estudo técnico preliminar, processos de contratações não previstos no Plano Anual de Contratações ou cujos valores ultrapassem dez vezes o limite da dispensa de licitação do inciso I do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, devidamente atualizado na forma do artigo 182 da Lei n. 14.133/2021.*

**IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso IV)**

4.1. Propõe-se o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado com vistas ao fornecimento de plano ou seguro odontológico aos profissionais regularmente inscritos no Crea-SC, bem como aos empregados do Conselho, a ser fornecido em moldes semelhantes ao plano de saúde Unimed Joinville já fornecido aos profissionais.

4.2. Dessa forma, não há quantidades mínimas e/ou máximas do número de credenciados, ficando à livre escolha do beneficiário direto a seleção do contratado da prestação, dentre as pessoas jurídicas credenciadas.

**V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso V)**

5.1. Não se vislumbra alternativa possível, diferente da disponibilização dos serviços de plano/seguro odontológico mediante credenciamento advindo de Chamamento Público, conforme justificativas a seguir:

5.1.1. Em análise a outros processos similares da Administração Pública, conforme listagem abaixo, observa-se a adoção da mesma solução ora analisada, o que corrobora o resultado ao levantamento de mercado realizado:

- EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2023. Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina – CRECI – 11ª Região/SC;
- EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025. Supremo Tribunal Federal - STF;
- EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025. Ministério Público da União - MPU;
- EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE VANTAGENS E BENEFÍCIOS Nº 01/2024. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC;
- EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2022. Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP;
- EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024-RUSP-AC. Reitoria da Universidade de São Paulo – USP;
- EDITAL DE CREDENCIAMENTO ODONTOLÓGICO Nº 02/2024. Tribunal Superior do Trabalho – TST;
- EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 90121/2024. Banco Central do Brasil – BC.

5.1.2. Dado o contexto, bem como o disposto no Acórdão nº 2609/2019 – TCU - Plenário, citado no tópico II acima (IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO), a solução que melhor se amolda à realidade dos Conselhos de Fiscalização é o credenciamento de empresas para prestação de serviços diretamente aos profissionais regularmente registrados e colaboradores, sem ônus ou impacto financeiro ao Conselho.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

5.1.3. Considerando a incidência dos princípios da legalidade, finalidade, moralidade administrativa, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e publicidade, que regem as ações da Administração Pública como um todo, e deste Crea-SC em especial, exige-se a publicação de um processo seletivo, a ser denominado Chamamento Público, a fim de possibilitar ampla publicidade e igualdade de condições para ofertas de planos/seguros entre todos os interessados. Conforme definido pela Lei nº 14.133/2021:

*Art. 6º. (...)*

*XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*

5.1.4. Ademais, a própria legislação que autoriza e regulamenta a utilização do credenciamento justifica a sua utilização, afinal, não haverá limites para o número de credenciados e a escolha pela utilização ficará por conta de cada beneficiário. Nesses termos:

**LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*

*(...)*

*II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;*

*(...)*

*Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

*I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;*

*(...)*

*III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;*

*(...)*

*VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.*

**DECRETO Nº 11.878, DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

*Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*

*I - credenciamento - processo administrativo de chamamento público em que o órgão ou a entidade credenciante convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*

*(...)*

*Art. 3º O credenciamento poderá ser adotado pela administração nas seguintes hipóteses de contratação:*

*(...)*

*II - com seleção a critério de terceiros - caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;*

**RILC do CREA-SC**

**Artigo 57 Credenciamento**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

*2 – O Departamento de Administração deve elaborar edital de chamamento público para o credenciamento, em acordo com as disposições contidas nos documentos técnicos produzidos pela Unidade Demandante, indicando: (...).*

5.1.5. Em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 11.878/2024, e a partir da possibilidade de que seja firmado o acordo de parceria com o maior número possível de credenciados interessados, isso inviabiliza a competição, tornando fática a inexigibilidade da licitação, nos termos do artigo 74, IV, da Lei nº 14.133/2021, e do artigo 57 do RILC do Crea-SC:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:  
(...)*

*IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento; (...).*

**Artigo 57 Credenciamento**

*1 – O credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, cabível nas hipóteses prescritas no artigo 79 da Lei n. 14.133/2021.*

5.1.6. A inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição, ou seja, são aquelas situações em que não é possível se escolher a proposta mais vantajosa, pois a estrutura legal do procedimento licitatório não é adequada para a obtenção do resultado pretendido - como se vislumbra no presente caso, em que há ausência de alternativas, pois todos os interessados que atenderem às condições do Chamamento Público serão credenciados, ficando a escolha da utilização dos seus serviços a cargo exclusivamente do beneficiário, sem qualquer prestação de serviço ao Crea-SC e sem qualquer contraprestação financeira por parte do Conselho.

**VI - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso III)**

6.1. Nos termos já expostos no tópico V acima (LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR), será realizado Chamamento Público para credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado com vistas ao fornecimento de plano ou seguro odontológico aos profissionais regularmente inscritos no Crea-SC, bem como aos empregados do Conselho. Os credenciados serão “contratados” mediante processo de inexigibilidade de licitação.

6.2. O credenciamento ficará permanentemente aberto durante o prazo de publicação do Edital de Chamamento Público e será realizado por meio do Sistema Compras.gov.br. O Edital de Chamamento Público será divulgado e mantido à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como no site do Crea-SC.

6.3. O Edital de Chamamento Público observará as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.878/2024, assim como os ditames do RILC do Crea-SC.

6.4. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços. Os demais requisitos de habilitação constarão do Termo de Referência e do Edital de Chamamento Público e ficarão restritos aos documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação.

6.5. É vedada a participação no processo de credenciamento:

6.5.1. de pessoa física;

6.5.2. de pessoa jurídica que:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

6.5.2.1. esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal; ou

6.5.2.2. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.6. O exame e o julgamento das propostas e dos documentos de habilitação ficarão a cargo da Superintendência do Crea-SC, conforme designação da comissão de contratação responsável pelo exame e julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no § 1º do artigo 5º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

6.7. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no Edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e no site do Crea-SC.

6.8. Após divulgação da lista de credenciados, o Crea-SC poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.8.1. As contratações do objeto do credenciamento podem ser formalizadas por instrumento contratual, sem exclusividade, inclusive sendo permitido que o termo de credenciamento substitua o instrumento contratual, desde que o termo de credenciamento o preveja expressamente.

6.10. Os contratos/termos de credenciamento decorrentes do credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

**6.11. DOS BENEFICIÁRIOS:**

6.11.1. Os beneficiários serão os profissionais regularmente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – Crea-SC e adimplentes com suas anuidades.

6.11.2. Cessará o direito aos benefícios ao profissional que cancelar ou suspender seu registro, ou que se tornar inadimplente.

6.11.3. Além dos profissionais regularmente inscritos no Crea-SC, serão também beneficiários os empregados do Conselho.

6.11.4. Cessará o direito aos benefícios ao empregado que se desligar do Conselho.

6.12. O Crea-SC não se responsabilizará por nenhum pagamento ou insolvência de crédito de seus registrados/empregados junto à empresa credenciada. No caso de qualquer forma de inadimplemento por parte dos beneficiários do presente instrumento, a credenciada deverá se utilizar dos meios legais existentes para a recuperação de seu crédito, sem quaisquer ônus ou responsabilidade de intermediação ao Crea-SC.

6.13. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração.

6.14. O Crea-SC poderá realizar o descredenciamento da empresa credenciada nas hipóteses previstas no artigo 23 do Decreto nº 11.878/2024.

6.15. As credenciadas, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e no edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

**VII - PARCELAMENTO DO OBJETO (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso VIII)**

7.1. O objeto é parcelado e ilimitado, tendo em vista que não existe número máximo e/ou mínimo de credenciados.

**VIII - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**  
**(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso VII)**

8.1. Oferta de plano ou seguro por adesão de assistência odontológica.

8.2. A celebração de contrato/termo de credenciamento não assegura qualquer tipo de exclusividade entre as partes, podendo o Crea-SC credenciar, a seu critério, qualquer empresa, instituição ou entidade cadastrada nos termos do Chamamento Público.

8.3. O credenciamento não exige requisitos mínimos do serviço a ser ofertado, cabendo ao ofertante apontar as características básicas da sua oferta. Como não cabe exclusividade ao credenciamento, os planos ofertados podem ser complementares, podendo o profissional/empregado contratar mais de um credenciado.

**IX - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS**  
**(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso IX)**

9.1. Gestão e intermediação de negócios, assim entendida como aproximação de empresas conveniadas/parceiras com os profissionais/empregados aptos para recebê-las por meio de validação própria designada pelo Crea-SC.

9.2. Aumentar receitas a partir da adimplência.

9.3. Relacionamento mais próximo com o profissional motivado em conhecer o que Conselho pode lhe oferecer.

9.4. Aumentar a percepção dos profissionais registrados no Crea-SC de que o seu Conselho, além de atuar na missão principal de defesa da sociedade, também envia esforços para gerar benefícios aos profissionais regularmente registrados, buscando disponibilizar contrapartidas positivas aos seus profissionais.

9.5. Consolidação de um sistema de gestão eficiente no Conselho, não apenas no que diz respeito às atividades precípuas de registro e fiscalização, mas também fornecendo uma contrapartida institucional à comunidade profissional e seus colaboradores.

9.6. Fomento a novas tecnologias, também em harmonia com a política de inovação do Crea-SC, ao buscar novas ferramentas que ao mesmo tempo auxiliem no controle da adimplência do Crea-SC e forneçam contrapartidas institucionais aos profissionais legalmente habilitados.

9.7. Promover o bem-estar e a saúde das pessoas no ambiente de trabalho através de uma cultura de valorização humana.

9.8. Fomentar a gestão do conhecimento e a integração entre os profissionais, conselheiros, inspetores regionais e colaboradores.

**X – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**  
**(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso XI)**

10.1. Correlatas:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

10.1.1. Plano de Saúde Unimed/Profissionais;

10.1.2. Clube de Vantagens do Crea-SC.

10.2. Para o presente credenciamento, inexistem outras contratações interdependentes.

**XI - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**  
**(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso X)**

11.1. Possíveis treinamentos aos empregados do Crea-SC acerca da(s) solução(ões) credenciada(s) poderão ser realizados de forma presencial ou online e diretamente pelo próprio corpo funcional do Conselho.

**XII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE / REQUISITOS AMBIENTAIS**  
**(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso XII)**

12.1. Diante da natureza da contratação pretendida, a análise preliminar indica que não há impactos significativos de natureza ambiental associados ao objeto lícitado.

12.2. A análise do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado pela AGU - Advocacia-Geral da União, não identificou critérios específicos de sustentabilidade aplicáveis diretamente ao objeto deste credenciamento.

12.3. Ainda assim, as credenciadas deverão observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, *in verbis*:

*Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:*  
*I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*  
*II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;*  
*III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;*  
*IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;*  
*V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;*  
*VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;*  
*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e*  
*VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.*

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**

12.4. Ademais, as credenciadas deverão observar as normativas do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

**XIII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso VI)**

13.1. O valor de cada contratação será obtido por meio das inscrições e ofertas dos interessados no processo de Chamamento Público.

13.2. O modelo adotado neste credenciamento não corresponde a uma disputa para seleção de um único fornecedor com preços tabelados. Trata-se, na realidade, de um benefício a ser disponibilizado diretamente aos profissionais e empregados do Conselho, sem qualquer participação financeira ou operacional do credenciante. Nesse formato, todos os interessados que atenderem às condições estabelecidas estarão aptos a ofertar seus serviços diretamente ao público-alvo deste processo.

Não haverá fixação de preços a ser obedecida pelos credenciados, uma vez que se busca a configuração de um mercado dinâmico (fluido), no qual os prestadores aptos oferecerão suas condições com base na livre concorrência. A decisão pela contratação caberá exclusivamente aos profissionais e empregados interessados, que poderão optar pela proposta que melhor atender às suas necessidades. O CREA-SC atuará apenas como um facilitador, servindo como um hub de conexão entre os fornecedores e os potenciais contratantes.

13.2. Por se tratar de um credenciamento, não existem custos a serem dispendidos pelo Conselho.

**XIV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**  
**(Lei nº 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso XIII)**

14.1. Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, conclui-se que a contratação é razoável e possui viabilidade de sucesso, nos termos do art. 57 do Regulamento de Licitações e Contratos do Crea-SC - RILC, e, para tanto, apresentamos este estudo técnico, que balizará a elaboração do Termo de Referência e será anexo do Edital de Chamamento Público, destacando que foi elaborado com observância às normas vigentes que regulam os credenciamentos na Administração Pública Federal, especialmente a Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 11.878/2024 (no que couber) e o Regulamento de Licitações e Contratos do Crea-SC - RILC.

Florianópolis/SC, (datado e assinado eletronicamente).

\_\_\_\_\_  
**IVAN GABRIEL COUTINHO**  
Assessor de Planejamento e Gestão

\_\_\_\_\_  
**FLAVIO SCHAFFER**  
Chefe de Gabinete

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schaffer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**  
**XV – AUTORIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO CREA-SC**

15.1. Em atendimento ao item 3 do artigo 4º do RILC do Crea-SC, e com base no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, **AUTORIZO** o presente processo de contratação, determinando o seu prosseguimento.

Florianópolis/SC, (datado e assinado eletronicamente).

\_\_\_\_\_  
**Eng. Civ. Seg. Trab. CARLOS ALBERTO KITA XAVIER**  
**Presidente do CREA-SC**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:53 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:25 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:17 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.